

# NOTAS SOBRE OS ESTUDOS DA CORRELAÇÃO SINTÁTICA NA LINGUÍSTICA FUNCIONAL

Felipe de Andrade Constancio (UFRJ/SEEDUC/SME-RJ)

**RESUMO:** O funcionalismo linguístico, de modo geral, configura-se como uma corrente dos estudos da linguagem que, em oposição ao polo formalista, enxerga motivações e pressões dos usos linguísticos implicadas na estrutura gramatical das línguas naturais. Na visão funcionalista, a estrutura gramatical recebe interferências dos usuários de uma língua, que afetam, com suas experiências de linguagem, as formas gramaticais dessa língua. Neste trabalho, são abordados e desdobrados os seguintes eixos: oposição entre os polos formalistas e funcionalistas dos estudos linguísticos; exposição das principais correntes funcionalistas do século XX; abordagem da correlação sintática pela ótica funcional.

**PALAVRAS-CHAVE:** linguística funcional; sintaxe; correlação sintática.

## NOTES ON SYNTATIC CORRELATION STUDIES IN FUNCTIONAL LINGUISTICS

**ABSTRACT:** Linguistic functionalism, in general, is configured as a current of language studies that, in opposition to the formalist pole, sees motivations and pressures of linguistic uses implied in the grammatical structure of natural languages. In the functionalist view, the grammatical structure receives interference from users of a language, who affect, with their language experiences, the grammatical forms of that language. In this work, the following axes are addressed and unfolded: opposition

between the formalist and functionalist poles of linguistic studies; exposure of the main functionalist currents of the 20th century; approach to syntactic correlation from a functional perspective.

**KEYWORDS:** functional linguistics; syntax; syntactic correlation.

## 1. Considerações iniciais

Segundo Neves (1997, p. 1-3), existem muitas correntes teóricas de filiação declaradamente funcionalista. Todas essas correntes, de um modo geral, reivindicam um tratamento distinto do que ocorre nas correntes formalistas (o estruturalismo norte-americano e o estruturalismo europeu), cujas doutrinas pregam a autonomia do sistema linguístico, isolando-o das práticas sociais de uso da linguagem.

Nas palavras de Neves (1997, p. 39),

na verdade, pode-se distinguir dois polos de atenção opostos no pensamento linguístico, o *funcionalismo*, no qual a função das formas linguísticas parece desempenhar um papel predominante, e o *formalismo*, no qual a análise da forma linguística parece ser primária, enquanto os interesses funcionais são apenas secundários.

Opondo o paradigma formal ao paradigma funcional, a autora elenca uma série de peculiaridades das vertentes formalistas e funcionalistas em consideração à linguagem e à gramática das línguas naturais. Algumas dessas peculiaridades dizem respeito: ao estudo sistemático das formas e das funções dos elementos linguísticos; aos aspectos comunicativos, em que numa vertente as formas são abstratas e, na outra, são vistos aspectos da interação verbal; ao fato de que a sintaxe é autônoma (teorias formalistas) e deveria estar atrelada à semântica e à pragmática (teorias funcionalistas).

Nesse sentido, o estudo sistemático das formas da língua é visto no formalismo, sobretudo no gerativismo linguístico, desgarrado das manifestações particulares do uso da língua, o que põe em evidência a estrutura – a oração – como inata ao usuário que pode operar sequências infinitas a partir de formas finitas. Em contrapartida, as correntes

funcionalistas veem esse mesmo sistema como uma estrutura sensível às pressões de uso, já que as estruturas oracionais não são inerentes aos usuários, mas sim motivadas.

Desse modo, no que tange aos aspectos comunicativos, no formalismo consideram-se falantes/usuários ideais, na medida em que as formas abstratas da língua são compartilhadas igualmente entre todos os usuários do sistema. No funcionalismo, de modo particular, o interesse dos aspectos comunicativos relaciona-se à interação verbal, na qual a experiência (extra)linguística de cada participante torna-se relevante para conferir significado às categorias de língua.

De modo particular, a sintaxe é tratada pelos formalistas como um dispositivo que habilita o falante a produzir as estruturas gramaticais em convívio com outro falante. Para os funcionalistas, a sintaxe não pode ser isolada da semântica e da pragmática, uma vez que os enunciados produzidos em uma determinada língua são efetivamente compreendidos por meio dos significados das suas unidades e dos contextos em que são produzidos.

Castilho (2012, p. 20) assim se posiciona em relação aos pressupostos funcionalistas:

O funcionalismo contextualiza a língua na situação social em que se dá a interação verbal, cujas representações estruturais são então estudadas. Para captar a “situação social”, diferentes metodologias são propostas, com grande ênfase na Teoria da Variação. O funcionalismo tem em comum eleger ora o discurso, ora a semântica como componentes centrais de uma língua, indagando continuamente como a língua funciona nesses ambientes.

Para muitos funcionalistas, as interseções possíveis entre teorias de tratamento do texto e do discurso e correntes funcionalistas devem-se, sobretudo, ao investimento que os estudos funcionalistas empreenderam durante século XX em relação às teorias de contexto e de uso da linguagem. Sendo assim, o funcionalismo assumiu traços de outras correntes teóricas (Linguística Textual, Linguística da Enunciação, Linguística Cognitiva, Sociolinguística etc.) em perspectiva menos enrijecida quanto ao uso das formas linguísticas.

Neves (2018, p. 12) define, portanto, essa vertente teórica:

Os termos **FUNCIONALISMO/Gramática FUNCIONAL**: definição de *uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social*,

propondo que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e por aí entendendo a gramática como suscetível às pressões do uso, com a tarefa central de correlacionar forma e significado no plano discursivo-textual.

A correlação forma-significado (entendida por muitos funcionalistas como correlação entre forma e função) precisa ser abordada, portanto, por meio de seu caráter epistemológico. O funcionalismo, por esse viés, assume que a língua (forma) não deve ser tratada de modo a rechaçar os significados (função) veiculados pelas estruturas linguísticas. Nesse sentido, cabe ressaltar que as interseções operadas pelo funcionalismo com outras correntes foram possíveis pelo fato de que, independentemente da filiação teórica, a demanda é a simbiose forma-função.

Kenedy e Martelotta (2015, p. 11-20), não deixam de mencionar a importância dos estudos “pós-saussurianos da Europa no século XX”, segundo os quais teriam forte influência das ideias de Saussure sobre as concepções de língua como sistema<sup>1</sup>. A partir das investigações de Saussure, outros linguistas passaram a investir, portanto, nas investigações em torno do sistema linguístico em confronto com os usos efetivos da linguagem em interação social.

Para Neves (2013, p. 13), que enxerga a aproximação entre texto e gramática como a essência da visão funcionalista, “a premissa central é que, numa visão da língua em uso, a avaliação deve ser tentada no domínio discursivo”. Dessa forma, as unidades da gramática assumem significados quando são mobilizadas por textos orais e escritos e, sendo assim, ativam processos específicos de trocas verbais em textos reais e concretos (os chamados gêneros textuais).

O domínio discursivo, por assim dizer, mobiliza forma e função e oferece a concretude das interações sociais por meio de gêneros textuais (molduras comunicativas) que ativam significados na relação falante/ouvinte ou escritor/leitor. Sem sombra de dúvida, as investigações funcionalistas permitiram, na passagem do século XX ao XXI, avanços significativos no que concerne ao papel do domínio discursivo para o tratamento das formas gramaticais atreladas aos processos comunicativos.

---

<sup>1</sup> Segundo os autores, o termo “sistema” – preconizado por Saussure – teria dado lugar, mais recentemente, ao termo “estrutura”. Parece ser um consenso o fato de os termos se referirem à “língua” nos estudos da linguagem.

Os aspectos comunicativos e interativos, abordados no formalismo como traços sugestivos para as irregularidades da língua, devem ser tratados, por conseguinte, a partir de sua possível articulação com as regras sociais de uso da linguagem, como defende Pezatti (2011, p. 168):

O enfoque da linguagem como um instrumento de interação social tem por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sociais. Segundo Dik (1989), a interação verbal é uma forma de atividade cooperativa estruturada, em torno de regras sociais, normas ou convenções. As regras propriamente linguísticas devem ser consideradas instrumentais em relação aos objetivos comunicativos da interação verbal.

A acusação, advinda das especulações formalistas, de que as investigações funcionalistas lidam com fenômenos movediços (texto e discurso, por exemplo), em princípio pouco passíveis de sistematização descritiva, não se sustenta. Ao contrário, no exame das irregularidades da língua pode-se depreender fatos regulares, que sinalizam, por meio de recorrências, formas em constante processo de mutação cujas funções mostram-se maleáveis e propícias à análise linguística. O funcionalismo linguístico, ao preconizar a relação entre forma e função, assume a árdua tarefa de lidar com aspectos movediços da linguagem em uso.

Ao se adotar a corrente teórica funcionalista neste trabalho, adota-se a concepção de que a língua não deve ser entendida como um sistema enrijecido. Antes disso, as categorias de língua e, sobretudo, as categorias da sintaxe, são entendidas aqui por meio de suas marcas formais e funcionais, cujas manifestações implicam, antes de mais nada, uma aproximação entre texto e gramática para uma melhor abordagem dos fatos da língua.

A seguir, expõem-se brevemente as principais correntes funcionalistas da linguagem. Como se verá, há muitas aproximações e divergências entre os pressupostos norte-americanos e europeus no concerne ao tratamento das unidades da língua observadas em relação à sua função. As divergências tendem a criar certa polarização entre os modelos funcionalistas, mas todos os modelos parecem defender que a língua precisa ser vista por meio do seu traço comunicativo/interativo.

## 2. Correntes funcionalistas

Segundo Trask (2015, p. 120), “são muitas as abordagens funcionalistas já propostas, e elas são frequentemente diferentes entre si”. Dentre essas abordagens, algumas destacam-se pela solidez teórica, a saber: o modelo funcionalista norte-americano; o modelo holandês da gramática discursivo-funcional; e o modelo inglês da gramática sistêmico-funcional.

O modelo funcionalista norte-americano caracteriza-se por uma abordagem da gramática sem autonomia em relação aos contextos de produção da linguagem. Segundo Neves (2018, p. 136), as gramáticas são entendidas, nesse modelo, como “sistemas adaptáveis”, em que as “pressões externas” dos usos da linguagem são capazes de interferir no modo como uma língua se estrutura. Nessa vertente, há um forte componente social de uso da linguagem relacionado à estrutura das unidades da língua.

Está no centro, evidentemente, como expressão dessa relação intrincada, a seguinte proposição do autor (Du Bois, 2003): “As gramáticas codificam melhor aquilo que os falantes fazem mais”. Afirmar-se, pois, a existência de padrões gramaticais que têm correlatos nos padrões discursivos, ficando postulada uma teoria que relaciona documentadamente gramática e discurso.

De acordo com essa proposta funcional, a gramática e o discurso interagem de modo a agir em todos os níveis estruturais da língua (sobretudo, na morfossintaxe) e em todos os contextos de uso da língua. Sendo assim, fica evidente que essa teoria funcional assume o fato de que a interação humana é um traço que opera uma mudança na concepção de sistema, a saber: os sistemas são sensíveis às pressões de uso da linguagem.

Nessa proposta, fica evidente a contribuição de Givón (2012, p. 49), que segue o raciocínio defendido por outros teóricos da corrente funcionalista norte-americana. Defendendo que a língua é um instrumento de comunicação, assim pontua o autor (GIVÓN, 2012, p. 49):

Se a língua é um instrumento de comunicação, então é bizarro tentar entender sua estrutura sem referência ao contexto comunicativo e à função comunicativa. Portanto, restrições gramaticais, regras de

sintaxe, transformações estilísticas e coisas assim não estão lá “porque elas são pré-instaladas no código genético do organismo”.

Na tentativa de encontrar processos de motivação (como a experiência com a linguagem pode afetar a estrutura linguística), os adeptos dessa teoria funcional passaram a investigar fenômenos dos contextos sociais (faixa etária, escolaridade, distúrbios de linguagem etc.) para a compreensão de como esses fatores extralinguísticos implicam a organização das estruturas gramaticais de falantes reais em processos de interação linguística.

O investimento nas teorias acerca do contexto de comunicação, de modo geral, passou a ser uma premissa nos trabalhos de linha funcional americana. Talvez estejam nessa linha de investigação os primeiros trabalhos voltados para a investigação da estrutura gramatical atrelada ao contexto de uso da linguagem, uma vez que muitos linguistas adeptos desse tipo de estudo enveredaram, na segunda metade do século XX, por pesquisas que dessem conta de estudos etnográficos e contextualizados.

Kenedy e Martelotta (2015, p. 16-17) defendem que as pesquisas de base funcionalista ganharam força nos Estados Unidos, por volta da década de 1970, pelo fato de alguns linguistas (Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón) investirem numa abordagem da linguística baseada no uso, em que o contexto linguístico e outros fatores extralinguísticos interferem sobremaneira no tratamento da gramática, entendida nesse caso como um sistema adaptável.

Mais tarde, outros trabalhos de natureza contextual seguiram o rumo das investigações linguísticas e contribuíram para que as abordagens em torno de gramática e discurso fossem levadas à frente por muitos linguistas. O componente contextual assumiu relevância, nesse sentido, para a caracterização da gramática das línguas naturais, o que fez com as gramáticas passassem a ser vistas como organismos vivos<sup>2</sup>, diferentemente dos moldes formalistas, que as concebiam por serem estruturas autônomas. O funcionalismo norte-americano tem muitos adeptos espalhados por centros de pesquisa por todo mundo (inclusive no Brasil, em que muitos linguistas têm investido na chamada linguística funcional baseada no uso).

---

<sup>2</sup> Essa concepção remonta, em parte, ao século XIX, no qual se acreditava, por meio do Naturalismo, que as línguas eram organismos.

Uma outra vertente dos estudos funcionalistas é a holandesa, em que dois modelos – a Gramática Funcional (GF) e a Gramática Discursivo-Funcional (GDF) – ganham destaque. Conforme explicita Neves (2018, p. 85), “a Gramática funcional é para Dik – tal como para o Funcionalismo, no geral – uma teoria de componentes integrados, e, como aponta Auwera (1989, citando Dik, 1978), ela inclui a pragmática desde os seus primeiros trabalhos”.

Neste modelo, ainda segundo Neves (2018, p. 85), “a linguagem é concebida como aquele componente da competência comunicativa do homem”, e é por meio das expressões linguísticas que se estabelecem as relações comunicativas. Como se pode perceber, mais uma vez, o aspecto interativo da linguagem está atrelado a uma perspectiva funcionalista.

Nesse viés, os níveis linguísticos (sintático, morfológico e fonológico) são ativados pela experiência pragmática do falante de uma língua natural, que, por meio de sua experiência de mundo, mobiliza regras pragmáticas (portanto, construídas em interação) para produzir mensagens linguisticamente aceitas por outros membros de uma comunidade linguística. Vê-se que o recurso pragmático da interação torna-se relevante neste modelo teórico.

Na GF, o foco não se concentra no produto linguístico da interação humana – a produção de frases. Por essa teoria, entende-se que o foco está no processamento de informações que um falante disponibiliza para se comunicar com outro falante, cujas experiências pragmáticas com a linguagem também são acionadas no momento da comunicação. Nesse sentido, é importante mencionar que a atenção deslocada do produto para a produção de sentidos parece direcionar os aspectos mais centrais dessa abordagem.

Seguindo o mesmo princípio, a Gramática Discursivo-Funcional acrescenta o componente do discurso para o seu tratamento em relação aos aspectos interativos da linguagem. De acordo com Pezatti (2012, p. 107), a GDF não se configura como um desmembramento da Análise do discurso, mas, ao tratar do fenômeno do discurso, essa teoria busca entender como os enunciados são produzidos em contextos de uso da linguagem bem delimitados. Desse modo, a inserção do arcabouço discursivo em uma teoria de base funcionalista tem a seguinte dimensão, conforme salienta Pezatti (2012, p. 107):

(...) embora procure entender a estrutura dos enunciados em seu contexto discursivo, essa teoria não tem a pretensão de oferecer uma descrição completa do contexto discursivo como um todo e nem é de modo algum um modelo de Análise do Discurso. No entanto, uma importante característica da GDF é considerar muito seriamente o fato de que os enunciados são produzidos e entendidos no contexto, já que assume que a interação do falante não surge em um *vacuum*, mas sim em um multifacetado contexto comunicativo.

De acordo com Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 49), “a GDF vê o usuário da língua como tendo conhecimento tanto das unidades funcionais e formais da língua como das maneiras pelas quais essas unidades podem ser combinadas”, o que a situa entre modelos formalistas (de concepção da estruturação linguística) e funcionalistas (de concepção da interação linguística).

Por esse modelo teórico, entende-se que a estrutura morfossintática das línguas naturais sofre acomodações que estão implicadas por fatores discursivos (preferência pela posição das palavras na frase; preferência pelo realce dado a alguma palavra na cadeia da fala etc.). Há um forte fator motivacional – portanto, icônico – na configuração da GDF. Desse modo, trata-se de uma teoria que faz, como a GF, aproximações entre a sintaxe e a pragmática.

Ainda de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2012, p. 48), “A GDF é uma teoria estrutural-funcional (...) porque enfoca a correlação entre a função e a estrutura moldadas, respectivamente, como formulação e codificação”. Dessa forma, a “formulação” é concebida como o processamento da informação no momento da interação, e a “codificação” é entendida como o produto do processamento informacional, em que as unidades da língua oferecem sustentação ao que é discursivamente organizado.

A GDF tem muitos adeptos espalhados por centros de pesquisa em todo o mundo. No Brasil, Pezatti (2012) é uma entusiasta desse modelo teórico que concebe o discurso e o contexto comunicativo como fatores preponderantes para a organização da interação. Em linhas gerais, a GDF sustenta que a interação deve ser mediada por aspectos formais e funcionais, já que o fluxo comunicativo assume o discurso como componente essencial, em que fatores pragmáticos são arrolados para a estruturação linguística.

O modelo sistêmico-funcional (também chamado de Linguística Sistêmica ou Gramática Sistêmico-Funcional) agrega análise estrutural e análise dos contextos sociais de produção de linguagem, conforme explica Trask (2015, p. 120):

A LS se interessa essencialmente por examinar a estrutura de uma unidade linguística ampla – um texto ou um discurso – e procura integrar uma grande quantidade de informações estruturais com informações de outro tipo (por exemplo, sociais), com a expectativa de construir uma representação coerente daquilo que os falantes estão fazendo.

Esse modelo teórico investe em dois tipos de contexto – o contexto de situação e o contexto de cultura – para fazer previsibilidades das intenções comunicativas dos falantes ao produzirem determinado texto em dada condição de produção. Conforme as especificações desse modelo teórico funcionalista, existem a metafunção ideacional (que organiza as experiências do mundo da linguagem), a metafunção interpessoal (que prevê aspectos da interação por meio da linguagem) e a metafunção textual (que habilita a interação em textos/mensagens concretos).

O mentor da Gramática Sistemico-Funcional, o linguista britânico Michael Halliday (1976, p. 136), defende que “a linguagem serve para a manifestação de ‘conteúdo’, isto é, da experiência que o falante tem do mundo real, inclusive do mundo interior de sua própria consciência”. Nesse sentido, sua teoria de que a linguagem é mediada pelo contexto situacional e pelo contexto cultural passou a ser compreendida pelos seus adeptos como uma teoria sistêmica (que enxerga a língua a partir de seus níveis estruturais) e funcional (porque abriga os usos da linguagem em seu bojo epistemológico).

As três correntes ora apresentadas não esgotam as abordagens funcionalistas e suas respectivas ramificações teóricas. É comum acordo entre os especialistas da vertente funcionalista da linguagem que nenhuma abordagem de caráter funcional anula o foco da investigação nessa vertente: a concepção de que a língua é moldada por aspectos da prática interativa. A sintaxe, na ótica do funcionalismo linguístico, é vista por meio de seu caráter motivacional, em que fatores extralinguísticos atuam sobremaneira para que as unidades sintáticas (sintagmas, orações e períodos) assumam alguma estabilidade.

### **3. Tratamento da correlação sintática no funcionalismo**

As pesquisas em torno da língua falada propiciaram, no decorrer da década de 1990, o surgimento de trabalhos voltados para a sistematização das unidades da língua captadas da fala. Os linguistas que participaram desse empreendimento afirmavam que a fala, assim como a escrita, é passível de sistematização e ordenação das unidades da língua.

Camacho (1999, p. 361) é um dos primeiros linguistas a tratar do fenômeno da focalização na correlação sintática:

Não é obra do acaso essa apropriação pragmática de uma função não ambígua do uso de *nem... nem*, principalmente em construções marcadamente focalizadoras (...). Parece que a repetição estrutural de *nem* (...) constitui mesmo um mecanismo de focalização, empregado, nesse caso, para desambiguar o escopo da negação, que deixa de incidir sobre o verbo para incidir sobre o sujeito:

a. *O Romário e o Bebeto não vão jogar contra a Argentina.*

b. *Nem o Romário nem o Bebeto vão jogar contra a Argentina.*

Por meio da análise do *corpus* de língua falada, Camacho (1999) mostra que os conectores “nem... nem”, além de realçarem o sujeito composto da construção em “b”, deslocam o foco do predicador “jogar”, que antes recebia a modificação da partícula negativa em “a”. Desse modo, a correlação sintática pode afetar o escopo de incidência dos conectores e, conseqüentemente, pode alterar o foco dos constituintes oracionais.

Ao que tudo indica, o fenômeno da focalização dos sujeitos compostos em forma de correlação incide basicamente sobre o valor semântico da adição. Além disso, esse tipo de construção (*Nem o Romário nem o Bebeto vão jogar contra a Argentina.*) pode desdobrar a negação em dois membros enquanto a negação operada por “não” afeta uma única vez o predicado. Na fala, esse tipo de recurso – o desdobramento do sujeito, por exemplo – permite que os interlocutores sejam mais específicos quanto à comunicação de um fato, a saber: nenhum dos dois jogadores vai jogar.

Sobre as formas de conexão das orações correlatas disjuntivas ou alternativas, Pezatti (1999, p. 413 – 414) assim se manifesta:

Das conjunções disjuntivas latinas, o português só conserva, do ponto de vista do significante, a geral *aut*, tendo a outra desaparecido por completo. Dado o valor disjuntivo ‘exclusivo’ de *aut*, tudo parece indicar que, em princípio, o *ou* (< *aut*) português foi considerado pelas

gramáticas como dotado de um valor equivalente ao de seu étimo latino, isto é, fundamentalmente ‘exclusivo’. Mais tarde, sem dúvida, as gramáticas corrigiram seu valor, atribuindo à partícula *ou* tanto o sentido específico como o ‘inclusivo’, pertencente a *vel*.

Por isso, passou-se a considerar que o português não dispunha de duas marcas diferentes para indicar relações de exclusão e inclusão e que estavam ambas representadas pela conjunção *ou*, cabendo ao contexto a responsabilidade de determinar se se trata de um ou outro sentido.

(...)

*é um controle muito natural ou você não tem filhos ou vai ser é castrado (...)*

*não tem importância que a gente chama de análise ou chama de interpretação o importante é que o processo se realize (...).*

De acordo com a autora, no primeiro caso, marcado por “ou... ou”, há um nítido caso de disjunção por exclusão, em que se pode depreender um processo de escolha (ter filho *versus* ser castrado); no segundo período, em que só há uma ocorrência de “ou”, fica evidente o processo da disjunção por inclusão.

Como se pode perceber, a disjunção recebeu investimento de linguistas que se ocuparam da língua falada para a sistematização de processos de exclusão e de inclusão em português. A contribuição de Pezatti (1999) à descrição de orações inclusivas é de suma importância, já que a inclusão transita entre valores semânticos de alternância (escolha) e de adição (concomitância).

Trabalhos como este figuram entre os mais recentes acerca da correlação sintática. A escolha de *corpora* de língua falada<sup>3</sup>, antes de se configurar como um empecilho à sistematização das regularidades da língua, oferece uma oportunidade de se mapearem na fala as estratégias de reformulação do raciocínio, as marcas de retificação de conteúdos gramaticais para a manifestação do pensamento e a ênfase em estruturas sintáticas para a recuperação de sentidos esvaziados, entre outros recursos.

Na gramática da fala, a correlação sintática assume relevância na medida em que constitui recurso monitorado da linguagem. Dessa forma, trata-se de um recurso promissor de focalização distribuído pelos constituintes da oração e, portanto, presta-se à organização do raciocínio monitorado pelo falante no momento da comunicação.

---

<sup>3</sup> Conforme os pressupostos de Castilho (2019), o Projeto Nurc (Norma Urbana Culta) é um dos mais consolidados acerca da organização de corpora de língua falada.

Poucas são as pesquisas que consideram a correlação sintática como recurso prototípico da língua escrita. Rosário (2018, p. 91-92) foi um dos primeiros linguistas a se ocupar desse fenômeno sintático na escrita:

A correlação apresenta-se mormente no discurso formal, como uma importante estratégia retórica direcionada à arte do convencimento. Os contextos linguísticos em que a correlação se apresenta com mais intensidade referem-se justamente a sequências argumentativas e expositivas. Essa, pois, foi a motivação para a seleção de discursos políticos de deputados, já que acreditamos encontrar nesse gênero textual, argumentativo por natureza, um maior número de ocorrências do fenômeno sob análise.

Ao considerar o discurso político como um gênero em que se manifestam a correlação e, por consequência, a argumentatividade, Rosário (2018) inscreve-se, por meio de seu aporte teórico, em uma tradição na qual a escrita assume uma primazia em relação à língua falada. De fato, o discurso político, por ser planejado em sua essência, assume um certo grau de estabilidade das formas gramaticais proferidas.

Rosário (2018, p. 111) investigou o fenômeno sintático das orações correlatas aditivas, como as que são marcadas pelos pares “não só... mas também”, e chegou à conclusão de que existem microconstruções (“não apenas... mas”, “não só... como também”, “não somente... mas como”, para citar alguns casos) mapeáveis no discurso político. De acordo com o autor, a esquematização desse tipo de construção oferece a oportunidade de se entender de modo mais efetivo como a adição é revelada em português.

A pesquisa de Rosário (2018) busca a interface entre os pressupostos teóricos da linguística funcional baseada no uso – declaradamente enviesada pela corrente norte-americana – e os pressupostos da linguística cognitiva, em que o modelo da gramática de construções (do pareamento forma e função) é retomado com frequência para descrever as microconstruções aditivas suscitadas pelo autor ao longo do seu trabalho.

#### **4. Considerações finais**

O funcionalismo, em suas diversas formulações teóricas, assume o compromisso de considerar aspectos da interação comunicativa no seu bojo teórico.

Como se pode perceber, ao longo dessa breve exposição sobre os direcionamentos das pesquisas de linha funcional, observa-se que muitas são as contribuições dessas pesquisas em relação a determinados tópicos de descrição gramatical, eis algumas: o processo complexo da gramaticalização tem dado explicações fundamentadas à constituição de conectores; as concepções de variação e de mudança linguística propiciam um melhor entendimento das categorias gramaticais analisadas em contexto; as estruturas complexas da língua – como a estrutura correlata – são mais bem compreendidas por meio da interface forma-função.

Como se pode notar, as pesquisas no âmbito do funcionalismo linguístico, seja considerando a língua falada, seja considerando a língua escrita, têm um percurso já consolidado em relação às estruturas de correlação. O funcionalismo, desse modo, oferece subsídios para que formas da língua sejam estudadas em paralelo aos seus respectivos significados. Nesse sentido, o funcionalismo e suas variadas vertentes têm oferecido ferramentas para que a estrutura gramatical das línguas naturais seja descrita de modo a considerar manifestações reais da linguagem, e isso inclui manifestações da fala.

Pode-se considerar que, no século XXI, o funcionalismo tem assumido uma interface promissora com os estudos de cognição. Trabalhos desenvolvidos com o intuito de sinalizar que a gramática está relacionada à corporificação da mente e à experiência/vivência de linguagem dos interlocutores têm sido muito comuns nos centros de pesquisa por todo o Brasil. Os pressupostos teóricos da linguística cognitiva aplicados às teorias funcionais sugerem que não existe uma língua *a priori*, na qual o usuário da língua é passivo frente às formas da gramática. Na verdade, o usuário está imerso em contextos de linguagem, e são esses contextos que tendem a moldar as formas da gramática que são colocadas à disposição em interação linguística.

## **5. Referências bibliográficas**

CAMACHO, Roberto Gomes. Estruturas coordenadas aditivas. *In*: NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática do português falado – volume VII*. São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. *In*: CASTILHO, Ataliba Teixeira de *et al.* *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.

- CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Projeto NURC e teorização linguística. *In: OLIVEIRA JR., Miguel. NURC: 50 anos (1969-2019)*. São Paulo: Parábola, 2019.
- GIVÓN, Talmy. *A compreensão da gramática*. Tradução: Mário Eduardo Martelotta. São Paulo: Cortez, 2012.
- HALLIDAY, Michael A. K. “Estrutura e função da linguagem”. *In: LYONS, John (org.). Novos horizontes em linguística*. Tradução: Jesus Antônio Durigan. São Paulo: Cultrix, 1976.
- HENGEVELD, Kees; MACKENZIE, J. Lachlan. “Gramática discursivo-funcional”. *In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de et al. Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.
- KENEDY, Eduardo; MARTELOTTA, Mário Eduardo. “A visão funcionalista da linguagem no século XX”. *In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et al. Linguística funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola, 2015.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2013.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática funcional: interação, discurso e texto*. São Paulo: Contexto, 2018.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. “Estruturas coordenadas alternativas”. *In: NEVES, Maria Helena de Moura (org.). Gramática do português falado – Volume VII*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. “O funcionalismo em linguística”. *In: BENTES, Anna Christina; MUSSALIM, Fernanda (org.). Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2011.
- PEZATTI, Erotilde Goreti. “A gramática discursivo-funcional e o contexto”. *In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de et al. Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012.
- ROSÁRIO, Ivo da Costa do. *Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional*. Niterói: Eduff, 2018.
- TRASK, R. L. *Dicionário de linguagem e linguística*. Tradução: Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2015.